

Lei ambiental

Trava Fundiária

ASSINADO PELO presidente Lula em 22 de julho de 2008, o Decreto 6.514/08 dispõe sobre as infrações ao meio ambiente e sanções administrativas, estabelece o processo administrativo federal para apuração das infrações, e dá outras providências. Com isso, fica revogado o Decreto 3.179, de 21 de setembro de 1999. Assim, a Lei de Crimes Ambientais, passa a ter novo regulamento.

Com 154 artigos, o decreto traz várias exigências ambientais e define sanções em caso de descumprimento, que vão desde a advertência até a apreensão de animais de produção, suspensão da venda de produtos, embargo e demolição de obras e suspensão parcial ou total de atividades em áreas de preservação ambiental.

Dentre as principais novidades estão:

- Redução do número de instâncias de recursos de multas (de quatro para duas), para dar maior agilidade no andamento processual;
- Instituição do sistema de “perdimento”, dando poderes ao Ibama para dar destinação a produtos apreendidos em operações de fiscalização sem necessidade de autorização judicial, como é feito pela Secretaria da Receita Federal;
- Aumento de 10% para 50% do valor total das multas aplicadas a serem destinadas ao Fundema - Fundo Nacional de Defesa do Meio Ambiente.
- Agilidade na aplicação das normas de proteção ao meio ambiente, como, por exemplo, a cobrança de multa para os proprietários rurais que deixarem de averbar a reserva legal de suas propriedades e empreendedores

de qualquer atividade que deixarem de dar destinação adequada a produtos tóxicos.

A obrigatoriedade de averbar a reserva legal em 60 dias, sob pena de multa diária, que varia de R\$ 50,00 a R\$ 500,00 por hectare, é considerada um dos pontos mais graves para o setor agropecuário.

O Código Florestal (Lei 4.771/65) introduziu o conceito de reserva legal em propriedades rurais e impôs a reserva de 50% da área para aquelas situadas na Amazônia e de 20% para as demais regiões. Em 1966, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou a Medida Provisória Nº 1.511, em 26 de Junho de 1996. Essa MP teve 67 reedições. No aguardo de votação do Código Florestal no Congresso, vigora a MP nº 2.166, de 25 de Agosto de 2001. A reserva legal passou a 80% na região amazônica, 35% no cerrado e 20% nas demais áreas.

Com essa medida, quando se somam as terras indígenas, as áreas de preservação ambiental, as florestas, os parques nacio-

nais etc., praticamente 68,27 % do território nacional ficaram virtualmente indisponíveis para a produção econômica.

Existem também as reivindicações para o Brasil cumprir a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, de 7 de junho de 1989, “das populações tradicionais reaverem seus ‘territórios perdidos’”, os indígenas e quilombolas, por exemplo. No Brasil, os 750 mil índios existentes segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio) ocupam 12,7% da área total, enquanto a quantidade de comunidades quilombolas é estimada em 2.000.

O Decreto 6.514 representa pelo menos 20% de redução da área de produção das propriedades rurais, uma vez que é o percentual mínimo de conservação das espécies nativas determinado nas Regiões Sul e Sudeste, onde predomina o bioma da Mata Atlântica. Os outros percentuais são de 35% para o cerrado e de 80% para o bioma Amazônia.

A diminuição da área a partir da averbação impactará os custos de produção e, conseqüentemente, causará aumento dos preços dos alimentos. Se a agricultura ocupar uma área total de 240 milhões de hectares entre culturas anuais e permanentes, pastagens e florestas, pelo menos 15% sofrerá redução, ou seja, 36 milhões de hectares. Além disso, deverá gerar queda do Produto Interno Bruto (PIB) e do nível de emprego de muitos municípios no interior do País, que têm na atividade rural a principal fonte de receita.

Muitas culturas localizadas em Áreas de Preservação Permanente (APPs) serão afetadas. Grande parte da produção

Brasil: áreas indisponíveis para agricultura

Área	Km²
UC's estaduais	520.599
UC's federais	632.468
Terras indígenas	1.084.414
APP's	1.463.006
Reserva legal	2.112.737
Total [1]	5.813.224
Brasil [2]	8.514.876
[1]/[2] %	68,27

UNC = unidades de conservação
Fonte: Embrapa

AVANÇO DOS DEBATES

12 de agosto

Nota técnica da CNA

O documento trata as inovações trazidas pela nova regulamentação como preocupantes, pois atinge todos os setores da economia nacional. Há problemas, tanto no que se refere à sua legalidade e constitucionalidade, como também em relação à perda de área e renda do produtor, com a conseqüente diminuição da produção agropecuária nacional e o aumento do preço dos alimentos. Para o retorno à legalidade administrativa sugere a tomada de medidas judiciais cabíveis bem como a realização de um trabalho de articulação interna do setor para reverter a situação.

13 de agosto

Reunião de entidades

A Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) promove reunião com representantes das confederações patronais e entidades representativas de vários setores da agropecuária, com o objetivo de discutir ações conjuntas para reverter os efeitos do Decreto 6.514.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CapaDR), da Câmara dos Deputados, aprovou para a 20 de agosto a realização de audiência pública com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para discutir os efeitos do Decreto 6.514.

20 de agosto

Audiência pública com o ministro do Meio Ambiente

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CapaDR), da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que:

- Reconheceu pontos inconstitucionais no decreto;
- Admitiu a revisão dos dispositivos referentes a penalidades e infrações que ferem a Lei 9.605/98;
- Sinalizou a ampliação do prazo de seis meses para que produtores rurais estejam com a reserva legal de suas propriedades averbadas;
- Ficou comprometido em receber um documento elaborado por parlamentares e representantes ligados à atividade agropecuária com os pontos que precisam ser flexibilizados;

Na audiência foi proposta a criação de um grupo de trabalho, composto por representantes dos Ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Integração Nacional, além de parlamentares e entidades do setor produtivo rural. O objetivo é elaborar, em 120 dias, uma proposta que atenda às necessidades do governo e das lideranças ruralistas, visando à

convergência entre agricultura e meio ambiente.

Segundo o ministro, com a averbação das áreas de reserva legal, o governo quer verificar se os percentuais de reserva legal de 80% (bioma Amazônia), 35% (cerrado) e 20% (demais biomas) estão sendo cumpridos. Depois da averbação, a reconstrução dessas áreas pode ser feita em 30 anos. O ministro também citou alguns pontos de entendimento para a criação de um zoneamento agroecológico para a cana-de-açúcar na Amazônia, a remuneração por serviços ambientais, a recomposição de áreas degradadas e de reserva legal em outras microbacias e em áreas públicas.

26 de agosto

Apresentação de propostas

No encontro de Carlos Minc com lideranças rurais, secretários de Agricultura do Rio de Janeiro, Christino Áureo e de São Paulo, João Sampaio decidiu-se analisar documento de entidades do setor produtivo e da bancada ruralista.

Segundo o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuero Veronez, o documento mencionará os pontos do decreto considerados exorbitantes e inexequíveis para a produção brasileira.

Entre os pontos passíveis de alteração estão:

- As multas impostas para quem estiver em desacordo com a legislação ambiental. Esse tipo de sanção não está previsto na Lei de Crimes Ambientais (9.605/98). As multas são confiscatórias por terem valores incompatíveis com a renda e até com o patrimônio do produtor.
- A eliminação da gradualidade das sanções, prevista na legislação e excluída do decreto. Pela Lei 9.605/98, as punições devem começar com a advertência e vão ascendendo se houver outras infrações;
- O prazo para entrar em vigor o prazo para a averbação de reserva legal, de 120 dias após o auto de infração.
- A suspensão dos prazos relativos ao registro das áreas de floresta nativa. As punições previstas para os produtores rurais que estejam em Áreas de Preservação Permanente (APPs) inviabilizariam atividades localizadas em encostas de rios e morros. O ministro do Meio Ambiente defendeu um amplo diálogo quanto a esse ponto. Para ele, a própria agricultura seria a mais prejudicada com o assoreamento dessas áreas.

26 de agosto

Elaboração das propostas

O ministro Carlos Minc recebe de parlamentares e representantes do segmento produtivo carta assinada por 15 entidades, citando os reflexos negativos do decreto para a atividade econômica nacional, como a redução de área produtiva e da produção de alimentos, da renda do produtor e da geração de

empregos. Entidades se comprometeram a entregar em 28 de agosto as propostas de alteração do Decreto 6.514.

Entre as alternativas para atualizar as normas ambientais, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da CNA Assuero Veronez, defende a aprovação do Projeto de Lei 6.424/05, que tramita na Câmara dos Deputados. A matéria permite a reposição de áreas de reserva legal com palmeiras que possam ser exploradas economicamente, como açaí e babaçu, além de prever o cômputo de Áreas de Preservação Permanente (APP) na reserva legal.

28 de agosto Documento das entidades

A CNA protocolou no Ministério do Meio Ambiente documento assinado por 14 entidades ligadas aos setores da agropecuária e da indústria, além da Frente Parlamentar da Agropecuária, com as sugestões de alterações ou de supressões de diversos dispositivos do Decreto 6.514.

Entre as alterações sugeridas, está a supressão do Artigo 55, que trata das multas para os produtores que não averbarem as áreas de reserva legal. No texto em vigor, a averbação deverá ser feita em até 180 dias a partir da data da publicação do decreto. Para o setor, o prazo mínimo deveria ser de dois anos, o que daria tempo para o produtor fazer o devido registro da área de reserva legal em sua propriedade.

Como as multas para a não-averbação da reserva legal não estão previstas em lei, o setor defende a suspensão da punição, até que seja encaminhada uma nova lei ao Congresso Nacional.

O setor produtivo defende, ainda, que seja suprimido o Artigo 19, que trata da demolição de obras localizadas em áreas de preservação ambiental até a conclusão das discussões do grupo de trabalho. Outra sugestão incluída no documento pede a retirada do Artigo 107, que trata da apreensão de animais de

criação que estejam em propriedades localizadas em áreas de proteção ambiental..

No ofício que acompanha o documento entregue pela CNA, os setores produtivos manifestam sua expectativa de adequação do decreto e da legislação ambiental brasileira, com o objetivo de proporcionar segurança jurídica às atividades produtivas e à conservação ambiental.

Além da CNA, integram o ofício a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Aprosoja Brasil, Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Associação das Empresas Cerealistas do Brasil e a União Brasileira de Avicultura (UBA).

4 de setembro de 2008 Suspensão das punições

O ministro do Meio Ambiente promete aos parlamentares Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) determinar ao presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco, e aos superintendentes estaduais do órgão a suspensão das punições e multas instituídas pelo Decreto 6.514.

Enquanto isso, será formado um grupo de trabalho com representantes das Comissões de Agricultura e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil. O objetivo é apresentar e revisar, em até 120 dias, os pontos conflitantes da norma que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais.

cafeeira nacional está nessas áreas, assim como a maçã em Santa Catarina e a uva no Rio Grande do Sul e metade dos canaviais do Nordeste.

A medida toca o princípio do direito adquirido assegurado na Constituição. Muitos produtores estavam instalados em áreas antes da vigência do Código Florestal Brasileiro

O decreto estabelece outras multas por reincidência de uma infração em cinco anos, aplicando-se o triplo do seu valor para quem for reincidente ou em dobro para quem cometer infrações distintas. Há também uma redução do desconto

para quem converter o valor da multa em serviços ambientais, de 90% para 40%, devendo o restante ser pago.

O decreto dá poderes aos servidores do Ibama para demolir obras localizadas em áreas de reserva legal ou de preservação permanente. Outro ponto é a apreensão de animais para a pecuária. A Lei de Crimes Ambientais não prevê a apreensão de animais domésticos ou de criação, apenas dos da fauna silvestre e exóticos.

É importante uma revisão do Código Florestal Brasileiro para adaptar a lei à realidade e ao desenvolvimento da atividade rural no país. A legislação ficou

obsoleta e precisa ser revista. Existem muitas pendências e inadequações aos usos e costumes regionais. Será que a área existente é suficiente para atender a toda essa exigência legal?

Outro ponto são as barreiras não-tarifárias. Com as normas baseadas em certificações ambientais, um dos procedimentos fundamentais está no cumprimento da legislação vigente. Da forma como está, será praticamente impossível para muitos agricultores brasileiros ter acesso aos selos exigidos pelos mercados internacionais mesmo em circunstâncias normais e corretas de uso e ocupação do solo. ■